

Mailson diz que anistia trará hiperinflação

Reprodução

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, advertiu, em cadeia nacional de rádio e televisão, que a Constituinte jogará o país na hiperinflação, se aprovar a anistia das dívidas feitas por pequenos e médios produtores durante o Plano Cruzado. "Será um preço muito alto a pagar por toda a sociedade", disse Mailson, acrescentando que "os trabalhadores serão os mais atingidos pelo agravamento da inflação".

Mailson cancelou a viagem que faria hoje aos Estados Unidos e Canadá, para negociar empréstimo de 500 milhões de dólares com o Banco Mundial e discutir o reescalonamento da dívida com bancos canadenses. O ministro da Fazenda passou a tarde no Palácio do Planalto, reunido com o presidente José Sarney e o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Segundo sua avaliação, se houver a fusão de emendas que tratam da anistia das dívidas do Cruzado, o Tesouro terá prejuízo de 9,4 bilhões de dólares. Para os bancos privados, que são credores de 15% do total dos débitos, o prejuízo previsto supera 1,6 bilhão de dólares.

Solução política — Na advertência que fez pelo rádio e pela televisão, Mailson argumentou que os pequenos e médios produtores que se endividaram na euforia do Cruzado não são a únicas vítimas da crise econômica. Numa referência aos assalariados, assinou que "problemas dessa natureza também existem e atingem outros segmentos da população, incluindo pessoas que não se dedicam à atividade econômica". Insistiu que a causa da crise é o déficit público: "O governo está gastando mais do que arrecada."

De acordo com a estimativa do Ministério da Fazenda, os bancos oficiais são credores de 85% das dívidas de pequenos e médios produtores. Mailson deixou no ar uma promessa de solucionar a situação dos devedores. Lembrou que é da tradição dos bancos oficiais "auxiliar seus clientes na superação das crises", ressaltando que "os bons clientes nunca devem temer uma ação judicial de um banco oficial". Temiam que a fusão de emendas fosse realmente aprovada e, por isso, trabalhavam em decreto-Lei ou projeto de lei que perdoa a correção monetária das dívidas contraídas durante o Plano Cruzado, mas que limita os



Mailson diz na TV que sociedade pagará alto preço

gastos do Tesouro em 50 milhões de OTN (cerca de US\$ 400 milhões).

O Ministério da Fazenda chegou a esse valor máximo depois de um levantamento banco a banco, com mais de três mil telefones e telex, e que demonstrou a efetiva necessidade de recursos para anistiar os agricultores e pequenos empresários que mais precisam. De acordo com um funcionário do Ministério da Fazenda, com esse levantamento completo, descobriu-se que os bancos privados nacionais e estrangeiros estão comprometidos com 15% do total da dívida a ser anistiada e deveriam refinarçar os pequenos e médios empresários e agricultores em um valor equivalente a 7,5 milhões de OTN (cerca de 60 milhões de dólares).

A parte dos recursos a ser perdoada pelos bancos oficiais (estaduais e federais), de acordo com a proposta inicial da Fazenda (400 milhões de dólares) seria paga pelo Tesouro Nacional em cinco anos. Com isso, o Ministério pretende diluir o projuízo — que será pago com recursos dos contribuintes — para evitar que o déficit público ultrapasse 4% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1988.

A disputa que se trava em torno da anistia a micro e pequenos empresários urbanos e a pequenos e médios empresários rurais nasceu da fusão das emendas de Mansueto de Lavor, que concedia o perdão da correção monetária para dívidas contraídas durante o Plano Cruzado; de Humberto Souto, que anistiava as dívidas de todos os microempresários e pequenos e médios produtores rurais do Vale do Jequitinhonha (MG), da Amazonônia e do Nordeste; e de Ziza Valadares, que permitia a todos pagar suas dívidas pela mesma taxa de juros da época em que o empréstimo fora tomado.

Este é o texto a ser votado:

"Art. Para efeito de liquidação até 180 (cento e oitenta) dias, após a promulgação da Constituição, não incidirá correção monetária sobre os seguintes débitos, ainda que ajuizados:

I — os decorrentes de quaisquer empréstimos concedidos por estabelecimentos bancários e instituições financeiras às micro e pequenas empresas, no período de 28 de fevereiro de 1986 a 31 de dezembro de 1987, e que se destinaram aos objetivos dos seus estabelecimentos:

II — os decorrentes de quaisquer empréstimos concedidos por estabelecimentos bancários e instituições financeiras, no mesmo período indicado no inciso I, a pequenos e médios produtores rurais e que se destinaram a suas atividades".

UDR leva 10 mil para pressionar

Líderes da União Democrática Ruralista (UDR) e das federações de microempresários anunciam que cerca de 10 mil pessoas vão pressionar os constituintes para aprovarem hoje a anistia fiscal. Segundo o presidente licenciado da UDR, Ronaldo Caiado, e o presidente da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas, Pedro Cascaes, essa multidão será reunida sem qualquer esforço.

Mas o governo fará de tudo para impedir que a fusão das emendas do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e dos deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valadares (sem partido-MG), que concede o perdão, seja votada hoje. "Vou apresentar questões de ordem, e até tumultuar a sessão, para impedir a apreciação da matéria", anunciou no final da tarde o líder do governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). Disse que agiria assim para dar tempo ao governo, que luta contra a aprovação da anistia. Sant'Anna aproveitou para distribuir números: "O prejuízo, com a aprovação dessa proposta, será de CZ\$ 750 bilhões, 333 milhões, em valores de junho".

Sem acordo — Carlos Sant'Anna buscou ajuda até do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para evitar a votação da emenda na anistia hoje. Ulysses chamou a seu gabinete os autores da proposta e falou da necessidade de adiamento da votação. "Não aceitamos nada", respondeu Humberto Souto. "Não fomos nós que colocamos a emenda na ordem do dia, foi a Mesa da Constituinte. Isto aqui estará lotado de pequenos empresários".

Ulysses ainda apelou para as lideranças dos partidos. Falou da apreensão do governo e pediu apoio para adiar a votação, a fim de que seja concedido tempo aos técnicos do Planalto, que acenam com um decreto-lei semelhante à proposta de Mansueto, Souto e Valadares, mas o PDT impediu o acordo. O líder do partido, Brandão Monteiro, recusou-se a ceder o aval para o adiamento da votação.

Ziza Valadares protestou: "Querem, com o adiamento, dar tempo para que os banqueiros comprem os constituintes. Não vamos aceitar isso".

Brasília — José Varella

Avaliação assusta governo

A anistia fiscal foi o principal assunto das conversas do presidente José Sarney, na manhã de ontem no Palácio da Alvorada, com cada uma das lideranças do governo. Ao líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), Sarney revelou-se "extremamente preocupado", solicitando-lhe que tentasse uma negociação política. Para o líder pefelista no Senado, Marcondes Gadelha (PB), o presidente chegou a admitir a hipótese de mandar uma fórmula intermediária ao Congresso, em forma de decreto-lei, logo após dizer ao líder do governo na Constituinte, Carlos Sant'Anna, que ainda tentaria imaginar "uma última alternativa", com o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega.

A preocupação do presidente na conversa com Lourenço, às 11h30m, decorreu em parte do seu encontro com o líder Carlos Sant'Anna, uma hora mais cedo. Afinal, Sant'Anna lhe pedira que advertisse Mailson sobre a eventualidade de a matéria entrar em votação hoje à tarde. "Vou levantar uma questão de ordem ponderando que as emendas são aditivas ao título e não ao artigo 14 que está em votação, e com isso poderemos ganhar mais uns dez dias para negociar", disse Sant'Anna a Sarney. Mas percebeu que a decisão de acatar a questão de ordem depende exclusivamente do presidente da Constituinte.

Probabilidade — "Se o doutor Ulysses acatá-la, só votaremos a anistia ao final das Disposições transitórias. Mas de qualquer forma, já estou inscrito para encaminhar contra a proposta de fusão encabeçada pelo senador Mansueto de Lavor, e há uma probabilidade

grande de perdemos, se a votação for hoje", avisou Sant'Anna. A hipótese de mandar mensagem com decreto-lei que dispenha sobre uma fórmula alternativa à anistia total da correção monetária para micro e pequenos empresários, e pequenos e médios produtores rurais, foi desaconselhada por Gadelha.

"Um decreto-lei tem graves inconvenientes", disse o senador a Sarney, apontando como o pior o fato de significar uma responsabilidade solitária do presidente, quando uma negociação direta na Constituinte dilui a responsabilidade, assim como um projeto de lei que passe pelo crivo do Congresso. "É a sociedade decidindo", argumentou o senador. Ele sugeriu que o presidente mandasse algo, logo hoje. Sarney limitou-se a ouvir, sem se comprometer com nada.

A última avaliação do governo sobre a votação da anistia não foi animadora: os dados apresentados por Sarney ao ministro da Fazenda, à tarde no Palácio do Planalto, indicaram a derrota na Constituinte. Diante disso, o governo decidiu agir em duas direções: tentar adiar a votação da anistia, marcada inicialmente para hoje, e esgotar todas as iniciativas para derrotar a proposta.

Foi o próprio Sarney que sugeriu a Mailson ir à televisão para advertir sobre o perigo que a aprovação do perdão aos débitos representa para as contas do país. A ofensiva do Planalto levou o presidente Sarney a convocar uma reunião de emergência no final da tarde, com as principais lideranças do governo, como última tentativa de adiar a votação.